

## COOPERAÇÃO E INSEGURANÇA: A MILITARIZAÇÃO DE OKINAWA SOB A JUSTIFICATIVA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Cooperation and insecurity: The militarization of Okinawa under the guise of international security

Cooperación e inseguridad: La militarización de Okinawa bajo el pretexto de la seguridad internacional

**Aline Gomes de Albuquerque Correia**

Doutora em Relações Internacionais

Pesquisador autônomo

[alinegalbu@gmail.com](mailto:alinegalbu@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0009-8245-3292> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

O presente artigo analisa como a militarização de Okinawa ocorreu dentro do escopo da cooperação de segurança entre Estados Unidos e Japão. Realizando um apanhado histórico, será demonstrado que antes de ser um local de importância estratégica para os Estados Unidos na Ásia, Okinawa foi colonizada pelo Império do Japão. Tal processo acarretou efeitos que perduram até a atualidade e a militarização do cotidiano local é o efeito mais visível. A relação entre Japão e Estados Unidos será brevemente analisada para entender como Okinawa foi construída em referência a esses dois países. Na parte final, eventos mais recentes serão analisados para entender o papel de Okinawa no escopo dessa aliança de segurança. Desse modo a pesquisa segue uma metodologia de caráter qualitativo exploratório, utilizando de uma abordagem historiográfica para compreender a realidade militarizada de Okinawa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Okinawa. Japão. Estados Unidos. Militarização. Bases Militares.

### ABSTRACT

This paper analyzes how the militarization of Okinawa occurred within the framework of the security cooperation between the United States and Japan. Through a historical overview, it will be demonstrated that before it was a location of strategic importance to the United States in Asia, Okinawa was colonized by the Empire of Japan. This process has had lasting effects to this day, with the militarization of local daily life the most visible one. The relationship between Japan and the United States will be briefly analyzed to understand how Okinawa was constructed in relation to these two countries. In the final section, recent events will be analyzed to understand Okinawa's role within this security alliance. Thus, the research follows an exploratory qualitative methodology, utilizing a historiographical approach to understand the militarized reality of Okinawa.

**KEYWORDS:** Okinawa. Japan. United States. Militarization. Military Bases.

### RESUMEN

Este artículo analiza cómo se produjo la militarización de Okinawa en el marco de la cooperación en materia de seguridad entre Estados Unidos y Japón. Mediante una perspectiva histórica, se demostrará que, antes de convertirse en un lugar estratégico para Estados Unidos en Asia, Okinawa fue colonizada por el Imperio japonés. Este proceso ha tenido efectos que persisten hasta la actualidad, siendo la militarización de la vida cotidiana la consecuencia más visible. Se analizará

brevemente la relación entre Japón y Estados Unidos para comprender cómo se construyó Okinawa en relación con estos dos países. Finalmente, se analizarán acontecimientos más recientes para comprender el papel de Okinawa en esta alianza de seguridad. Por lo tanto, la investigación sigue una metodología cualitativa exploratoria, utilizando un enfoque historiográfico para comprender la realidad militarizada de Okinawa.

**PALABRAS CLAVE:** Okinawa. Japón. Estados Unidos. Militarización. Bases militares.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a possibilidade da escalada de tensões entre China e Estados Unidos, os olhos do mundo se voltam para a região da Ásia Oriental para tentar prever o futuro próximo. Em meio a tais preocupações envolvendo um possível avanço chinês sobre Taiwan, os Estados Unidos possuem instalações militares bem próximas à região, em Okinawa. À pouco mais de 500 km de distância de um voo comum de Taiwan, Okinawa é uma das 47 províncias do Japão, aliado tradicional dos Estados Unidos há quase 8 décadas. Em Okinawa, tal aliança se traduz na presença de mais de 70% do percentual militar dos Estados Unidos no país asiático, em uma região que corresponde a pouco menos de 1% do território japonês.

Ao observar tais números, é possível questionar por que Okinawa é onde está presente proporção tão grande da força militar dos Estados Unidos. A região se encontra a cerca de 600 km de distância da ilha de Kyûshû, na parte mais ao sul do Japão. Assim, boa parte da população civil do centro do Japão não costuma entrar em contato com o corpo militar estadunidense presente no país. Em contrapartida, a população de Okinawa convive com as bases a mais de 70 anos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A continuidade da presença dessas instalações e o tratamento diferenciado em relação ao centro do Japão, que ascendeu em status econômico e qualidade de vida na população civil em diversos aspectos desde o fim da década de 1970, tornou Okinawa um local de ambiguidades que perduram até a atualidade. Ao mesmo tempo em que é um paraíso destinado ao turismo, também é o terreno das bases militares, que continuam sendo alvo de protestos de parcela da população em meio a incidentes que deixam claro os limites da democracia japonesa.

Dessa forma, esse artigo tem como objetivo demonstrar como a construção de Okinawa como um espaço diferente do centro do Japão garantiu permissão, dentro do entendimento coletivo da população comum, para que ela fosse o destino das bases militares no escopo do tratado de segurança entre Japão e Estados Unidos. Mesmo civis japoneses que se compadecem com Okinawa devido aos incidentes causados por militares estadunidenses ao longo dos anos também rejeitam a possibilidade de trazer às bases para suas províncias,

justamente por ver Okinawa como um exemplo do que pode acontecer de pior. Assim, a província é um espaço de ambiguidades. Oficialmente, é parte de uma democracia do chamado mundo livre, mas constantemente parte das vozes locais são ignoradas para priorizar a cooperação de segurança com os Estados Unidos.

Com isso em mente, o presente artigo utilizará de uma metodologia qualitativa de abordagem historiográfica para entender como o cenário atual foi construído, sendo dividido em três partes principais. Primeiro será abordado o relacionamento do Japão e dos Estados Unidos. Se antes o Japão era aprendiz dos Estados Unidos sobre o que seria um modelo forte de país, logo esse relacionamento tornou-se algo conflituoso com a escalada militar no Japão, o ataque à Pearl Harbor e o enclausuramento de descendentes de japoneses em solo estadunidense em 1942. Com a derrota japonesa na Segunda Guerra e a ocupação estadunidense, o relacionamento dos dois países caminhará para uma aliança que dura até a atualidade.

Em seguida, é necessária uma contextualização acerca de Okinawa. Será explorado como a região foi de um reino soberano com relações próximas tanto com China quanto Japão nos séculos XVII a XIX para se tornar uma província no Japão imperial, como a realidade nas décadas seguintes foram de violência tanto por parte do Japão e por parte dos Estados Unidos e como esses eventos auxiliaram na construção dessa ambiguidade na região. Por fim, a parte final será dedicada a entender o cenário dos últimos anos em Okinawa. Um pilar na cooperação de segurança entre Estados Unidos e Japão, a região é essencial para essa relação. Contudo, incidentes causados por militares estadunidenses são parte da realidade local há décadas, fomentando protestos que se tornaram um dos aspectos da identidade moderna de Okinawa.

Dessa maneira, o presente artigo espera contribuir não apenas com a sempre crescente literatura sobre a cooperação entre Estados Unidos e Japão, mas especialmente para o debate acerca das consequências da presença militar sobre a população comum. Com uma série de justificativas sobre a necessidade de medidas securitizadoras, é necessário discutir como tais medidas geram insegurança à parcela da população local e se esse é um preço necessário a se pagar. Acima de tudo, o trabalho espera contribuir para a literatura sobre a discussão em relação à Okinawa, que ainda encontra-se mais limitada à debates feitos em língua japonesa e inglesa. O Brasil possui uma grande diáspora vinda do Japão e de Okinawa. No caso de Okinawa, tal imigração foi resultado das falhas de desenvolvimento e investimento local por parte do governo japonês, como também devido à guerra. Logo, entender Okinawa de uma forma mais aprofundada é uma forma não apenas de

compreender a relação entre Estados Unidos e Japão, mas também entender como os efeitos da militarização e alienação daquele espaço afetam muito além de seu território.

## **0. CONFLITOS QUE SE TORNAM PARCERIA: A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E JAPÃO**

A relação entre Estados Unidos e Japão é uma das mais tradicionais e de maior relevância para a política externa do país asiático. Documentos oficiais caracterizam tal relacionamento como o elemento responsável pela manutenção de paz na região do Indo-Pacífico (Japan Diplomatic Bluebook, 2025), além de reiterar sua necessidade para a continuidade de tal paz através da cooperação em áreas diversas de defesa, como na produção e uso de mísseis balísticos e segurança marítima (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2022). Tal relacionamento bilateral é resultado de décadas de trabalho em conjunto após anos de conflito na Segunda Guerra Mundial. As próprias circunstâncias da derrota japonesa e a escalada de tensões entre Estados Unidos e União Soviética contribuíram para tal aproximação.

Logo após a derrota do Japão em 1945, foram os Estados Unidos que assumiram o papel de responsável primário pela ocupação e reconstrução do país no período pós-guerra. O que guiaria os esforços estadunidenses seria especialmente a ideia de tornar o Japão incapaz de voltar a transformar-se em uma ameaça para a paz internacional. Dessa forma, a ocupação estadunidense, comandada pelo general Douglas McArthur, levou adiante reformas como o estabelecimento do voto feminino, o retorno à legalidade de partidos opositores, a desmilitarização da economia e a punição de criminosos de guerra. Também foi estabelecida a separação entre Estado e religião, consequentemente tornando o imperador uma pessoa comum e não mais uma divindade na terra.

Contudo, esse período também foi marcado por uma série de conflitos internos dentro do Japão, não apenas pela falta de estabilidade, mas também devido à presença estadunidense e das bases militares. Confrontos locais entre imigrantes e criminosos eram comuns devido ao cenário de instabilidade. Mas, a presença militar estadunidense era um ponto comum de desagrado tanto de grupos de direita quanto de esquerda, que queriam sua remoção imediata (Kapur, 2018). Com a ocupação promovendo a ideia de liberdade de expressão, protestos opositores à tal presença tiveram liberdade para demonstrar tal insatisfação (Andrews, 2016).

O pensamento da ocupação mudaria à medida que mudanças no cenário internacional e na região deixavam claro para os Estados Unidos que era necessário tornar o Japão um aliado. Com o fortalecimento da União Soviética e a ascensão da China comunista em 1949, o governo estadunidense temia que o Japão ainda enfraquecido fosse para o outro lado. Dessa forma, iniciou o que foi chamado de “Curso Reverso” da ocupação, com políticas mais brandas sendo tomadas em relação à punição de criminosos de guerra e da desmilitarização de empresas. Um dos maiores exemplos seria o perdão à Nobusuke Kishi, responsável pela administração do estado fantoche de Manchukuo, região ocupada pelo Japão na Manchúria. Kishi tornou-se primeiro-ministro do Japão em 1957, auxiliando na reforma política de 1955 que tornou o Partido Liberal Democrata o partido dominante na política interna japonesa até a atualidade (Hrebenar et al 2000).

O fim da ocupação viria em 1952, mas os Estados Unidos manteriam aparato militar presente no país. Tal decisão seria justificada devido ao fato de que a nova constituição japonesa, promulgada em 1946, proibiria o uso de força como ferramenta de sua política externa através do artigo 9º da carta. Logo, a proteção dos EUA seria necessária para um Japão ainda enfraquecido, especialmente com as inúmeras possibilidades de conflitos regionais. O objetivo era tornar o Japão um aliado para compartilhar a tarefa de proteção da região. Contudo, ideias como a Doutrina Yoshida, nomeada em homenagem ao primeiro-ministro Shigeru Yoshida (1948-1954), mostravam uma divergência entre os dois países, com o Japão priorizando o foco em sua reconstrução e ascensão econômica ao invés de lidar com gastos de segurança internacional (Pyle, 2007).

Em conjunto com a assinatura do Tratado de São Francisco, os dois países assinaram o Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão, em 1951. O documento afirmava que por ter se desarmado e devido às condições do mundo, ainda povoado por militarismo irresponsável, o Japão precisava da proteção estadunidense, que aceitaria ocupar parte do território para cumprir essa tarefa. O tratado daquele ano precisaria ser renovado oficialmente em 1960 e em 1970. Durante o período do fim da ocupação até essa primeira renovação, a presença militar foi alvo de repúdio pesado por parte da população. Protestos ocorreram pelas muitas partes do Japão em que as bases estavam presentes, seja em Okinawa, ainda sob jurisdição dos EUA e que será mais bem explorado no tópico seguinte, ou outras partes do centro do país em que as bases também estavam presentes (Andrews, 2016). Esses inúmeros protestos marcaram uma geração no país que desmistificam a ideia do Japão totalmente pacifista e apolítico que muitas vezes é presente no imaginário popular atual. Os protestos da década de 1950 até 1970 demonstraram o receio de parte expressiva

da população japonesa de ser levada a passar mais uma vez pelo trauma da guerra, insatisfação com o governo local e também ciência sobre a capacidade japonesa de ser conivente com as barbáries da guerra através da cooperação com os Estados Unidos (Andrews, 2016). A presença das bases militares estadunidenses eram uma constante que remetia às tragédias do conflito. Mesmo na atualidade, a rede extensa de bases dos EUA, que alcançam mais de 3 mil quilômetros quadrados ao longo do globo (Vine, 2024), representam uma extensão dessa presença estrangeira, atuando pelos interesses de segurança do país, intervindo no cotidiano dos locais (Hateruma, 2019, p. 02; Vine, 2011, p. 54; Davis, 2011, p. 216; Lutz, 2010, 2009) e justificando os gastos de defesa do orçamento estadunidense como algo essencial à sua existência (Van Green, 2023).

Os protestos que se estenderam durante a década de 1950 atingiram seu ápice no ano de 1960, com o que ficou conhecido como os protestos do Anpo. Os protestos demonstravam não apenas a insatisfação com a presença militar, mas também com o governo local, comandado por Nobusuke Kishi. Alguns resultados diretos dos protestos que ocorreram em 1960 foram a morte de uma estudante e o cancelamento da visita do presidente estadunidense à época, Dwight Eisenhower (1953-1961) em receio pela violência. Contudo, a renovação do tratado passou através de uma votação realizada na madrugada do dia 19 de maio para o dia 20, após a oposição ser removida pela polícia e apenas o partido governista estar presente para votar favoravelmente. Como resultado, diversos protestos e três greves gerais ocorreram nos meses seguintes, com mais de 900 mil pessoas ocupando as ruas nos meses de abril de 1959 até julho de 1960, apenas em Tokyo (Andrews, 2016). Tal cenário acarretou a renúncia de Nobusuke Kishi como primeiro-ministro no mesmo ano (Kapur, 2018).

Apesar da aprovação do tratado, protestos continuaram a acontecer nos anos seguintes, enfatizando principalmente o papel de cumplicidade do Japão por abrigar bases utilizadas na Guerra do Vietnã (1955-1975) (Andrews, 2016). Contudo, após a segunda renovação do tratado em 1970, os movimentos de protesto esfriaram por um tempo, especialmente com o crescimento econômico. Tal melhoria era em parte resultado da contribuição de empresas japonesas com materiais para a guerra. O Produto Interno Bruto do país subiu em 450% na década de 1960 e a renda per capita foi de 381 dólares para 1289 (Andrews, 2016). Somado ao fato de Okinawa ter retornado ao país em 1972 e o número de bases ter sido reduzido, a insatisfação da população não parecia mais ter local para existir. Contudo, as bases apenas mudaram de local. Okinawa, que havia sido ocupada pelos Estados Unidos, e ficado sob jurisdição do país até 1972, recebeu boa parte das bases através do

tratado de retorno ao Japão. Ali presentes elas ficam escondidas da visão das pessoas do centro do Japão. Mas Okinawa, assim como lugares como Tokyo, também foi palco de inúmeros protestos contra às instalações desde o início da ocupação estadunidense. Logo, é necessário entender o porquê do espaço de Okinawa ser compreendido como apropriado para as bases, enquanto no resto do Japão elas são consideradas uma ameaça. Para isso, é necessário entender melhor a história de Okinawa e como se construiu essa diferença da província em relação ao resto do território japonês.

## **0. OCUPAÇÃO, DESTRUIÇÃO E PROTESTOS EM OKINAWA**

Okinawa é a província mais ao sul do Japão e que corresponde a menos de 1% do território japonês, com cerca de 2200 quilômetros quadrados de extensão (Okinawa Statistics Web Site, 2025). Além da maior ilha que dá o nome a província, mais três ilhas (Daitô, Yaeyama e Miyako) correspondem ao seu território total. Okinawa pertence à região de Kyûshû, estando a distância considerável do centro do Japão e é caracterizada como a “Havaí japonesa”, um destino turístico a ser visitado por todos que queiram ter a experiência de viajar ao exterior sem precisar sair do Japão.

Junto à imagem paradisíaca, Okinawa também é conhecida por hospedar cerca de 70% do total das bases militares estadunidenses no Japão em seu território (Okinawa Prefectural Government, 2021), o maior número a nível nacional. A ilha de Okinawa, a maior do arquipélago de Ryûkyû e onde cerca de 90% da população vive, tem cerca de 15% do seu território ocupado pelo exército dos Estados Unidos (Oshiro, 2024, p. 03; Nishiyama, 2022a, p. 553). Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a província é um dos pilares para a manutenção da segurança internacional dos Estados Unidos na região e, consequentemente, para a relação bilateral entre o Japão e os Estados Unidos.

Como bem explicado no tópico anterior, a ocupação estadunidense mudou completamente a realidade econômica, política e social do Japão nos anos que seguiram. De país derrotado, o Japão tornou-se uma potência econômica nas décadas que seguiram a ocupação, com as reformas promovidas pelo período sendo interpretadas, em sua maioria, como fatores benéficos para a sociedade japonesa como um todo. Contudo, Okinawa continuou a ser excluída desses benefícios, mesmo após o fim do conflito no pacífico. É possível inferir que essa exclusão é resultado tanto da distância da região dos centros do Japão, mas também devido à construção de Okinawa como um espaço

“diferente” desse centro. O maior reflexo dessa diferença é a militarização constante dos espaços de Okinawa, resultado de anos de uma realidade e história distinta do centro do Japão.

A região que na atualidade é chamada de Okinawa durante muito tempo foi conhecida como Reino de Ryûkyû, com seus primeiros registros de existência aparecendo na Dinastia Tang (618-907) da China (Akamine et al 2017, p. 04; Kerr, 2000). Com a China como centro das relações internacionais na Ásia especialmente a partir do período da dinastia Ming (1368-1644), outros reinos e organizações políticas existem como seus vassallos, mas mantendo sua independência (Tingyang, 2021; Akamine et al, 2017, p. 21). Era o caso do Reino de Ryûkyû que se destacava especialmente no quesito de transportes marítimos na época. A relevância do reino chegou ao ponto do porto de Naha, atual capital da província, prosperar como um dos mais importantes a nível internacional na época (Akamine et al, 2017, p. 23).

Em contrapartida, Ryûkyû já tinha proximidade com o Japão (Akamine et al, 2017). Com a invasão do domínio de Satsuma em 1609 após o estabelecimento da política de isolamento internacional japonesa em 1603 (Smits, 2000, p. 106), o reino também passou a sofrer influências do Japão. Contudo, mesmo sofrendo intervenções a nível social e econômico (Akamine et al, 2017; Sakihara 2009), Ryûkyû pôde manter sua autonomia em relação à China, em uma situação de vassalagem ou tutela dupla (Correia, 2025; Smits, 1999). O reino fornecia informações para a China sobre as ações do Japão, como também garantia vantagens ao Japão por conseguir burlar as políticas de isolamento internacional em relação ao comércio (Kerr, 2000, p. 166).

Tal panorama mudaria a partir da derrota da China na Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e da chegada dos navios estadunidenses à Ryûkyû e ao porto de Tokyo, em maio e julho de 1853 respectivamente (Kerr, 2000, p. 04). A abertura do Japão ao mundo após mais de duzentos anos acarretaria o término do governo militarizado do xogunato Tokugawa, o retorno do imperador ao poder e a modernização do país a partir de uma ótica ocidentalizada, no processo que ficou conhecido como Revolução Meiji (1868). Saindo à frente da China e de outros países da Ásia, o Japão se modernizou à nível célere, tornando-se para diversos membros do chamado Ocidente um membro exemplar da Ásia que conseguiria levar civilização para os povos bárbaros.

Na situação até aquele momento, Ryûkyû era considerado um domínio japonês como os outros, mas que podia manter seu relacionamento com a China. A partir do processo de modernização japonesa, o governo ordenou que todos os domínios se tornassem

províncias oficiais do país e fossem devolvidos à autoridade do imperador. O Japão pós-revolução Meiji buscava acima de tudo reforçar suas próprias fronteiras com a noção de fortalecer o exército e enriquecer o país em conjunto para alcançar os países do Ocidente. Nesse sentido, era necessário reforçar as fronteiras de espaços como Ezo, atual Hokkaido, e Ryûkyû, que poderiam sofrer influências de potências estrangeiras.

A oportunidade de trazer Ryûkyû para sua jurisdição e romper os laços da região com a China veio em 1871, quando um navio de tripulantes da ilha de Miyako, do arquipélago de Ryûkyû, afundou perto da orla de Taiwan. 54 membros da tripulação foram assassinados por nativos e o Japão tomou a oportunidade para invadir Taiwan, afirmando que as pessoas assassinadas, nativas de Ryûkyû, eram parte de seu país. A partir daquele momento, o governo japonês começaria a intervir no cotidiano local, tratando o espaço como uma província. Relações independentes com a China seriam proibidas em 1872, leis e calendário japonês foram instaurados e o castelo de Shuri, centro político do reino, foi tomado como espaço para um posto militar (Akamine et al 2017). Houve protestos por parte da população e da elite local, ocasionado no envio de forças militares do Japão para a região. Em 11 de março de 1879, seria decretado que Ryûkyû deixaria oficialmente de ser um domínio para tornar-se uma província a partir do dia 31 de março (Smits, 1999, p. 145). Para apaziguar os protestos por parte da China, o Japão propôs uma divisão oficial entre as duas partes, mas nenhum acordo final foi alcançado. Seria apenas em 1895, após a derrota na primeira guerra Sino-Japonesa (1894-1895) que a posse do local seria reconhecida como japonesa (Norimatsu; McComarck, 2012, p. 05).

Okinawa passou por um processo de assimilação, com o objetivo de tornar-lhes mais japonesas. Certos costumes foram mantidos para evitar protestos locais (Akamine et al 2017, p. 152), mas o japonês tornou-se o idioma oficial e punições eram atribuídas a quem utilizasse o uchinaaguchi, língua local de Okinawa (Smits, 1999, p. 148). Escolas foram construídas sob medida para reforçar um ideal do cidadão japonês a ser alcançado pelas pessoas de Okinawa (Oguma, 2014, p. 37) enquanto os adultos de Okinawa eram constantemente lembrados de sua posição de inferioridade perante o resto do Japão (Smits, 1999. P. 148).

Então, Okinawa passava por ambivalências que afetaram sua imagem na percepção nacional. A construção da província como espaço inferiorizado e atrasado é um fator que contribuiu para a militarização anos após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto se reforçava uma narrativa histórica de que Okinawa sempre fizera parte do Japão (Oguma, 2014, p. 47), como exemplificado pelos laços históricos com o domínio de Satsuma já no

século XVII, a imagem pejorativa da região e de seus moradores, considerados preguiçosos e desleixados comparados aos do centro do país, também era reificada (Meyer, 2020, p. 06; Norimatsu; McComarck, 2012, p. 05). Por ser uma região desprovida de matéria prima abundante, como era o caso de Hokkaido, Okinawa também foi deixada de lado por um período. As mudanças acarretadas pelo processo de modernização chegavam muito atrasadas, deixando a região com pouca infraestrutura especializada e boa parte da população analfabeta (Meyer, 2020, p. 01). O processo de reforma agrária ocorreu no Japão em 1873, mas em Okinawa apenas em 1899. Enquanto em 1890 ocorreram no Japão as primeiras eleições para os cargos políticos nas províncias, apenas em 1909 o processo aconteceu em Okinawa (Smits, 1999, p. 149). Pessoas de Okinawa já se viam como parte do Japão pois não eram alvo da mesma xenofobia e racismos diretos como ocorria com coreanos, taiwaneses e ainus (Meyer, 2020; Tobe, 2006; Tanji, 2006). Contudo, a província tinha características similares à de uma colônia, com poucos direitos políticos e seus interesses estritamente atrelados aos interesses do centro do Japão (Smits, 1999). Nesse período, houve uma forte onda de emigração para outras partes do Japão e para as Américas (Kazuko, 2024). Ao mesmo tempo, as pessoas buscavam tornar-se realmente japonesas para conseguir ter acesso a tais direitos. Era uma corrida em uma estrutura construída através de medidas xenofóbicas que colocavam a região sob desvantagem. Tal situação pioraria a partir da década de 1930, com o declínio econômico japonês como resultado direto da crise da bolsa de Nova York em 1929.

De 1931 até 1946, mais de 148 mil pessoas nativas de Okinawa morreram (Tanji, 2006, p. 40). Incentivados por patriotismo que colocava a figura do imperador como central e a necessidade de se sacrificar pela nação japonesa como missão de um cidadão exemplar, Okinawa seria a grande frente de resistência contra o avanço estadunidense. Durante a Batalha de Okinawa, mais de 62 mil pessoas morreram no período de 1º de abril até 23 de junho de 1945. Tais mortes ocorreram não apenas pelas mãos de soldados estadunidenses, mas também por soldados japoneses, em mais um exemplo claro da noção de Okinawa como sacrifício aceitável. Com o suicídio do comando de guerra local, a ilha ficou sob posse estadunidense (Kerr, 2000, p. 05) e submetida à lei marcial que duraria até 1972 (Oguma, 2014, p. 04). As reformas que alavancaram a qualidade de vida no Japão não chegariam em Okinawa, onde o cotidiano local seria constantemente militarizado (Toriyama; Buist, 2003, p. 401; Oguma, 2014, p. 145). Tal realidade reificava essa existência ambígua de Okinawa em relação ao Japão. No período inicial da ocupação, conhecido como “Período das Escavadeiras e Baionetas”, os habitantes tiveram suas casas

destruídas e terras tomadas para uso das forças militares estadunidenses. Ao mesmo tempo, a província não tinha proteção legal japonesa, nem eram cidadãos dos EUA, vivendo em uma espécie de limbo jurídico e sem possibilidade de aparato legal para lidar com os abusos cometidos localmente pelos militares (Sakihara, 2009, p. 135).

No início da década de 1950, cerca de 58 milhões de dólares foram direcionados para a construção de bases militares em Okinawa (Toriyama; Buist, 2003, p. 404). Com a mudança nas prioridades da ocupação no centro do Japão, como mais bem explicado no tópico anterior, Okinawa tornava-se então a pedra angular do pacífico, sendo utilizada tanto para a manutenção dos interesses de segurança dos Estados Unidos, como para barganhar a ocupação no centro do território japonês (Oguma, 2014, p. 157; Toriyama; Buist, 2003, p. 405; Smits, 1999, p. 146). Em 1950, foi formado o *United States Civil Administration of the Ryûkyû Islands* (USCAR), que administraria a região em conjunto com o Governo das Ilhas de Ryûkyû.

Devido a continuidade da ocupação militar, a economia de Okinawa tornou-se extremamente dependente dos gastos militares ao mesmo tempo em que suas terras estavam à mercê de confisco à qualquer momento. A região foi utilizada como base para guerras da Coreia (1950-1953) e Vietnã (1955-1975), tornando-se extremamente defasada ao longo do período da ocupação em índices de qualidade de vida em comparação com o resto do Japão (Oguma, 2014, p. 04; Briguglio, 1994, p. 02; Klein, 1972, p. 02). Ao fim da década, cerca de 140 instalações militares já existiam na província, não apenas tomando espaço que poderia ser destinado ao desenvolvimento local, mas também danificando o meio ambiente e destruindo espaços que constituíam parte da história dos habitantes (Mitchell, 2020, p. 61; McComarck; Norimatsu, 2018, p. 78; Kawato, 2015, p. 61; Akibayashi; Takazato, 2009, p.251).

Diversos protestos ocorreram ao longo dos anos da ocupação estadunidense, de forma similar aos que ocorriam no centro do Japão em relação à possibilidade de renovação do tratado de segurança (Kapur, 2018). Protestos de caráter civil contra a presença militar e ocupação de terras não são algo incomum na história recente do Japão e os anos seguintes a Segunda Guerra Mundial são um exemplo claro disso, especialmente em referência às guerras da Coreia e do Vietnã nas quais, segundo Kapur (2018) e Andrews (2016) uma parcela dos cidadãos japoneses via a presença militar estadunidense sendo algo pelo qual o Japão também era responsável. Contudo, a reação aos protestos realizados em Okinawa deixava visível essa situação de diferença entre o centro do país e a região. No contexto dos protestos contra o tratado de segurança no centro do Japão, os protestos em Okinawa

recebiam solidariedade e chegaram a juntar cerca de 150 mil pessoas em junho de 1956 (Inoue, 2022; Kapur, 2018; Torkiyama; Buist, 2003). A apropriação constante de terras que marcariam os anos seguintes à guerra acarretaria a criação de um movimento de resistência que continuaria mesmo com o retorno ao Japão, devido a presença das bases (Akibayashi; Takazato, 2009, p. 251; Moriteru, 2001, p. 102).

Tal presença militar significava os inúmeros casos de violência sexual contra mulheres (Correia, 2025; Akibayashi; Takazato, 2009; Tanji, 2006), além do armazenamento de armas químicas, ogivas nucleares e outros elementos perigosos à população, com poucas restrições e transparência às ações dos EUA (Oshiro, 2024; Mitchell, 2022). Armas químicas, gás sarin, agente mostarda, canhões atômicos foram alguns dos elementos levados até Okinawa para testes na época da ocupação, causando doenças à civis e militares e destruindo vegetação local (Mitchell, 2020). Devido à jurisdição extraordinária garantida ao exército dos Estados Unidos na região, incidentes envolvendo civis e materiais militares não tiveram julgamentos nas cortes locais (Inoue, 2017).

Em junho de 1971, finalmente foi decidido que Okinawa seria retornada ao Japão de acordo com o *Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands* de 1971. Contudo, isso não foi visto como uma vitória pelos cidadãos de Okinawa, já que um dos objetivos dos protestos locais era que a região ficasse mais próxima à realidade do centro do Japão. No acordo estabelecido entre os governos do presidente Dwight Eisenhower e o primeiro-ministro Eisaku Sato, as bases continuaram em Okinawa (Oguma, 2014; Moriteru, 2001), mantida como um pilar da relação de segurança entre Estados Unidos e Japão na região (Inoue et al 1998). O Japão seria responsável pela manutenção dos custos da base em seu território, situação que perdura até a atualidade. Ao mesmo tempo em que seria responsável por carregar esse peso desigual da responsabilidade de segurança do Japão, Okinawa também se tornou palco de uma série de crimes cometidos por soldados e trabalhadores estadunidenses. No entanto, tais indivíduos não poderiam ser julgados pelas leis locais de Okinawa nem pela japonesa (Correia, 2025; Akibayashi, Takazato, 2009).

É possível então observar que mesmo retornando ao Japão, Okinawa permaneceu nesse patamar de ambiguidade em relação à sua existência. Mesmo pertencendo àquele país, a região continuou excluída. O Japão ascendeu à posição de segunda maior economia do mundo na década de 1980, mas Okinawa continuou como a província mais pobre do país (Maedomari; Essertier, 2020; Inoue et al, 1998), posição que mantém até a atualidade. Em contrapartida a tal processo de militarização, a região transformava-se em

um paraíso exótico diferente do centro do Japão de acordo com as necessidades do capital nacional e da indústria turística. Tal transformação fazia uso tanto das diferenças locais de clima e história, como também da presença das bases, reificando as diferenças. Em contrapartida, os lucros alcançados por tal indústria não trouxe maior desenvolvimento e melhoria de vida para os moradores locais, acarretando até mesmo no aumento do custo de vida (Loo, 2019, p. 173; Figal, 2008, p. 95; Briguglio, 1994, p. 08).

Foi em 1995 que o problema das instalações militares em Okinawa alcançou maior repercussão internacional. Em 4 de setembro daquele ano, três soldados da marinha estadunidense sequestraram e estupraram uma menina de 12 anos na cidade de Kin. Os protestos que seguiram o ocorrido foram imediatos, com cerca de 60 a 80 mil pessoas reunidas. Com grupos feministas, associações de pais e professores, a sociedade civil em peso apareceu nas manifestações, resultando nos maiores protestos na região até aquele momento (Correia, 2025; Hateruma, 2019; Tanji, 2006). Em meio a revolta, os manifestantes pediam especialmente a redução do número das bases, a punição dos crimes cometido por soldados estadunidenses, que já chegavam a cerca de 1784 ocorrências registradas desde 1972 (Davis, 2011) e a revisão do *Status of Forces Agreement* referente a presença das instalações, que vigorava desde o ano de estabelecimento do tratado de segurança (Inoue et al 1998).

O apoio de Masahide Ota (1990-1998), então governador da província, ajudou a fomentar esse crescente repúdio às décadas de presença das bases. Tanto a questão da militarização exacerbada quanto da diferença perante o centro do Japão tornara-se aparentes. O *Special Action Committee on Okinawa* (SACO) foi estabelecido por Estados Unidos e Japão para tentar lidar com a questão de Okinawa (The Japan-U.S. Special Action Committee (SACO) Interim Report, 1996). Como resultado, foi decidido que a Estação Aérea do Corpo de Fuzileiros Navais de Futenma, localizada na cidade residencial de Ginowan e a 12 quilômetros da capital da província, Naha seria fechada. No entanto, o mesmo relatório afirmava ser necessário construir uma outra base para substituir Futenma (The Japan-U.S. Special Action Committee (SACO) Interim Report, 1996). O público local se opôs a tal sugestão e o site oficial do governo da província afirmaria que a realocação não é resolvida até a atualidade pois tal acordo foi feito sem consentimento dos cidadãos (Okinawa Prefectural Government, 2017). Em 8 de setembro de 1996, cerca de 60% do eleitorado local compareceu para votar em um referendo que consultava a opinião da população acerca das bases militares (Mikanagi, 2004). Cerca de 89% desse universo votou favoravelmente à redução do número de instalações.

É importante ressaltar a existência de oposição local ao fechamento das instalações, especialmente de sindicatos de trabalhadores que dependiam das bases para seu sustento. Mesmo apoiando o fechamento dessas instalações, a administração Ota não estabeleceu nenhum plano para substituir a lacuna de empregos que seria gerada por sua retirada (Eldridge, 1997). É necessário pontuar então que as ideias para retirada das bases não foram acompanhadas por planos para o que aconteceria depois. Logo, muitos grupos da sociedade civil, mesmo se opondo à presença das bases, preferiram não arriscar a se colocar em uma situação de insegurança econômica. E com boa parte dos projetos de desenvolvimento local de Okinawa estando atrelados à capacidade da província de lidar com as bases (Loo, 2019), o aceite do governador Ota em 13 de setembro em cooperar com o governo nacional para a construção pode ser visto como uma forma de evitar possíveis retaliações.

Foi estabelecido então que um heliporto seria construído para substituir Futenma na cidade de Nago. Mesmo com protestos e referendos demonstrando oposição (Mikanagi, 2004), a cidade, que já havia sido utilizada como espaço para instalações militares durante a Guerra do Vietnã (Akibayashi; Takazato, 2009), foi escolhida como o espaço para a construção da instalação de Henoko, com diversos pacotes de incentivo fiscal e apoio local de desenvolvimento lhes sendo destinados como forma de compensação por parte do governo japonês (McComarck, 2003). Com a derrota do governador Ota, um candidato anti-base, nas eleições de 1998, o movimento de oposição pareceu sumir de vez e a construção de Henoko era uma realidade inevitável. Contudo, mesmo com o governo de Keiichi Inamine (1998-2006), abertamente favorável às bases estadunidenses, a economia de Okinawa não avançou como o prometido (Correia, 2025).

A presença das bases militares em Okinawa continua a ser um contencioso entre o governo do Japão, parte da comunidade local e os Estados Unidos. Inúmeros protestos continuam a ser realizados. Essa insatisfação se torna mais visível à mídia internacional a partir de notificações de crimes cometidos por militares que chegam até a mídia além da japonesa. Contudo, para além dos inúmeros casos de violência cometidos por soldados estadunidenses, o caso mais famoso de insatisfação local que continua a afetar a relação de Estados Unidos e Japão é a questão das bases de Futenma e de Henoko.

## **0. FUTENMA, HENOKO E OS SINAIS DE MILITARIZAÇÃO DO COTIDIANO**

A base militar em Futenma é conhecida como uma das instalações militares mais perigosas do mundo devido a sua localização no centro da cidade residencial de Ginowan. Logo, aviões, helicópteros e outras formas de aparato militar são parte de uma rotina militarizada dos civis (Correia, 2025; Nishiyama, 2022b). Para diversos autores da literatura referente à militarização de Okinawa, Futenma representaria a imposição da presença dos Estados Unidos com aval do governo japonês, tornando Okinawa um espaço único por ter de lidar praticamente de forma isolada com as diversas consequências dessa militarização (Correia, 2025; Kawato, 2015; Yeo, 2014; Shimabuku, 2012).

Apesar dos movimentos de protestos dos anos de 1995 e 1996, Henoko foi escolhida como espaço para outra base. Ignorando os desejos dos moradores locais e com a possibilidade de corte de recursos destinados ao desenvolvimento de Okinawa, a construção de Henoko e a realocação das instalações de Futenma para esse novo espaço é a questão de maior conflito entre parte da comunidade local e o governo japonês na atualidade. Tal situação de insatisfação e os desejos do governo nacional perante à cooperação com os Estados Unidos é de tamanha delicadeza para a política japonesa que o primeiro ministro Yukio Hatoyama, o primeiro a comandar o governo japonês sem pertencer ao Partido Liberal Democrata em mais de meio século e um apoiador da causa de Okinawa, renunciou a seu cargo em 2010 em meio a pressão do governo nacional em relação às bases e da comunidade local de Okinawa acerca de uma promessa de campanha para fechar as instalações (Nishiyama, 2022b).

Em 2025, faz 30 anos que ocorreu o caso de violência contra a menina de 12 anos em Okinawa e 80 anos do fim da batalha da Segunda Guerra Mundial na região. Na atualidade, o governador da província de Okinawa Denny Tamaki (2018-) representa uma figura de oposição à presença das bases contra às vontades do governo nacional. Tamaki, que se descreve como um exemplo da complexidade de Okinawa por ser filho de uma mulher local de Okinawa e um pai militar estadunidense que nunca conheceu, já pediu o cancelamento dos planos de Henoko devido ao prejuízo ambiental que causaria. Em 2019, durante o primeiro ano de seu governo, foi realizado um referendo em que 72% do eleitorado votou contra a realocação para Henoko. Os resultados foram ignorados pelo governo japonês do primeiro-ministro Shinzo Abe (2012-2020), que afirmava que a mudança precisaria ocorrer o mais rápido possível (Al Jazeera, 2019).

A questão de Henoko e Futenma é a que ganha maior destaque, mas está longe de ser a única. Segundo relatório do Escritório de Direitos Humanos da ONU de 2022, existem cerca de 6052 crimes relatados cometidos por soldados, familiares ou pessoas a serviço

do exército dos Estados Unidos, no período de 1972 até 2020 (All Okinawa Council for Human Rights, 2022). Além disso, não é apenas a população local quem sofre as consequências. Em seu livro de 2020, *“Poisoning the Pacific: The US Military’s Secret Dumping of Plutonium, Chemical Weapons, and Agent Orange”* Jon Mitchell relata a série de incidentes com armas de todos os tipos e poluição com material tóxico que afetaram a flora e fauna local. Diversos incidentes datam do início da ocupação e afetam a realidade local até hoje.

Pesquisas realizadas nos últimos anos por jornais como o Ryūkyū Shimpō (2020; 2017) e Mainichi Shimbun (2023) demonstram que a presença das bases ainda é uma questão problemática no cotidiano dos moradores, especialmente relativo à sua influência na economia local. As vantagens dessas instalações para a economia são enfatizadas, mas relatórios oficiais do governo local demonstram que a contribuição delas para a economia é muito exacerbada (Okinawa Prefectural Government, 2016). O próprio governador Tamaki afirma que as instalações ocupam espaços que poderiam ser mais bem utilizados para o desenvolvimento local, especialmente as áreas para melhor produção agrícola (Chibana, 2020; McComarck; Norimatsu, 2018). Tamaki também argumenta que o valor de contribuição das bases para a economia local chega a apenas 5% da renda dos cidadãos de Okinawa e que o retorno das terras ocupadas poderia gerar cerca de 7 bilhões de dólares para a economia local (Lee, 2025).

Além disso, devido à presença das bases militares em seu território, o governo japonês paga uma ajuda de custos de valor expressivo anualmente desde 1978 (Oguma, 2014, p. 343). Os pagamentos começaram neste ano por iniciativa do Japão, em um período de alta do iene em relação ao dólar para aumentar a confiança dos EUA na relação. Mesmo com o enfraquecimento do iene nas décadas seguintes, o pagamento aumentou para cobrir mais custos dos Estados Unidos no Japão, chegando a 10% do orçamento anual do Japão em relação a defesa na década de 1990 (Hook et al 2012)

O chamado Orçamento de Simpatia é justificado através da ideia de que a nação hospedeira quem deve lidar com os custos de aluguel, trabalho, utilidades, por exemplo, para manter as forças estadunidenses no Japão, que chegou a gastar cerca de 473 bilhões de ienes com tal custo no ano de 2006 (Akibayashi; Takazato, 2009, p.246). Com o *Special Measures Agreement* acordado entre os dois governos em 2022, o Japão tornou-se responsável por arcar com os custos de trabalho de mais de 23 mil trabalhadores das bases militares, custos de utilidades chegando a 13 bilhões de ienes para os anos de 2025 e 2026, além de pagar cerca de 11 bilhões de ienes para os deslocamentos feitos por soldados

para treinamentos, totalizando cerca de 211 bilhões de ienes para esses custos durante 2022 até 2027. Ao mesmo tempo que tal ajuda de custo auxilia na manutenção da relação com os Estados Unidos e no objetivo de manter a paz regional, Okinawa seria deixada de lado em relação aos investimentos necessários para o desenvolvimento local para manter o comprometimento com as bases militares dos EUA (Cooley; Marten, 2006, p. 571).

Além da questão do desenvolvimento local, a violência por parte dos soldados é um fator comum durante as décadas de presença estrangeira. Em abril de 2025, começaram a se realizar patrulhas locais próximas às bases, com colaboração das autoridades locais e dos soldados estadunidenses (Mcelhiney; Koja, 2025). Tal ideia é resultado da série de crimes cometidos ao longo dos anos, que tornam visível a tensão presente no cotidiano de Okinawa entre os locais e os soldados. São os casos de violência sexual que mais chamam atenção, expondo os cidadãos à sentimento de insegurança e ansiedade, especialmente as mulheres de Okinawa (Mainichi Japan, 2025). Do segundo semestre de 2024 até o fim do primeiro semestre de 2025, uma série de casos novos de assédio e violência aconteceram, trazendo à tona tal insegurança por parte das pessoas de Okinawa e insatisfação em relação aos militares (Mcelhiney; Koja, 2025).

Como resultado, os protestos contra essas instalações continuam a ser parte do cotidiano (Lee, 2025). Apenas em 2024 cerca de 80 pessoas ligadas às bases foram apreendidas por crimes cometidos localmente (The Straits Times, 2025). Movimentos como o *Okinawa Women Act Against Military Violence* (OWAAMV) e o *All Okinawa Coalition Against Construction of New Base in Henoko* são respostas a esse histórico de violência, buscando lidar com lacunas deixadas pelo Estado japonês em relação à tal insegurança (Correia, 2025; Critobal et al 2024).

A resistência à essa militarização em Okinawa acontece de diversas formas, mas acima de tudo ela demonstra a falsa narrativa acerca de uma democracia igualitária no Japão, já que o desenvolvimento local fica atrelado à capacidade das pessoas de aceitarem as bases (Correia, 2025) e pela falta de vontade de outros locais do Japão de receber as bases, comprovando tratamento distinto em relação à província (Maedomari; Essertier, 2020; McComarck; Norimatsu, 2018; Shimabuku, 2012; Akibayashi; Takazato, 2009). É possível inferir que a presença militar em Okinawa, com suas justificativas acerca da manutenção da segurança regional, acontece graças a esse entendimento coletivo construído ao longo das décadas no Japão acerca daquele espaço como inferiorizado. É um resultado direto das ações colonizadoras do país ao longo dos anos e que tem como maior reflexo na

realidade material a presença militar exacerbada em Okinawa (Nishiyama, 2022a; Shimabuku, 2018; Tokuyama, 2013).

## **0. CONCLUSÃO**

Através de um apanhado de fatos históricos, esse artigo espera ter demonstrado como a construção de Okinawa enquanto espaço diferente contribuiu para a militarização ao longo dos anos. A ênfase na necessidade de uma maior securitização, com retóricas inflamadas sobre guerra e um inimigo, acaba por muitas vezes criar situações de insegurança dentro daquele próprio espaço que o Estado deveria proteger. No caso de Okinawa, tal insegurança continua a ser realidade à medida que a cooperação entre Estados Unidos e Japão enfatiza tal militarização como uma necessidade existencial. A presença dos Estados Unidos e uma parcela de sua rede de bases no local contribui para tal deterioramento da qualidade de vida das pessoas da região. Contudo, é impossível descartar a contribuição da administração japonesa para tal realidade. Enquanto os cidadãos das outras regiões desfrutaram de uma melhoria de qualidade de vida em diversos aspectos, foram os cidadãos de Okinawa, muitas vezes delegados a um papel de cidadãos de segunda categoria, que continuaram a carregar o peso da aliança militar que elevou o Japão a um país de maior relevância no cenário internacional.

Em uma época em que gastos militares continuam a crescer e os processos de militarização parecem inevitáveis, é preciso pensar quais as consequências de tais ações, especialmente em espaços que são alienados de tais processos de decisão. Com um governo que culpabiliza os estrangeiros por problemas estruturais a nível nacional e que parece disposto a ignorar vozes dos cidadãos em relação aos benefícios de sua constituição pacifista, o Japão vem mantendo Okinawa como esse sacrifício aceitável já há muitas décadas. À medida que tensões crescem com China, Rússia e Coreia do Norte, resta saber se, em um país inflamado por retóricas nacionalistas por parte de seus governantes, as vozes de seus cidadãos serão ignoradas para a manutenção de uma aliança que continua, por muitas vezes, seguir a mesma lógica de quando foi iniciada durante a Guerra Fria.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAMINE, Mamoru; TERRELL, Lina; HUEY, Robert N. **The Ryukyu Kingdom: Cornerstone of East Asia**. Honolulu: University of Hawai'i press, 2017.

AKIBAYASHI, Kozue; TAKAZATO, Suzuyo. "Okinawa: Women's Struggle for Demilitarization". IN: LUTZ, Catherine. **The Bases of Empire**. The Global Struggle against U.S. Military Posts. London: Pluto Press, 2009, p. 243-269.

All Okinawa Council for Human Rights. **Report on violence against indigenous Ryukyu/Okinawa women and girls**. Disponível em: < <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/AOCHR.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

BRIGUGLIO, Lino. "The economy of Okinawa: performance, problems and prospects. Occasional Papers on Islands and Small States". **Occasional Papers on Islands and Small States**, Islands and Small States Institute, n. 02, p. 1-17, 1994.

CHIBANA, Megumi. "Resurgents Create a Moral Landscape: Indigenous Resurgence and Everyday Practices of Farming in Okinawa". **Humanities**, v. 09, n. 04, 2020. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2076-0787/9/4/135>> Acesso em 14 de abril de 2025.

CORREIA, Aline Gomes de Albuquerque. **TECENDO ROTINAS DE (IN)SEGURANÇA: Práticas, Bases Militares e Espaços de Insegurança Ontológica em Okinawa e no Havaí**. Tese (doutorado) em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2025.

CRITOBAL, Nik; IKEHARA, Sam, LASCONIA, 'Ihilani; KA'ÔPUA-CANONIGO, Hina. "Genuine Security for Whom?: Militourism and Violence Against the Feminine in Hawai'i and Asia and the Pacific". **JCScore**, v. 10, n. 01, p. 35-57, 2024.

DAVIS, Sasha. "The US military base network and contemporary colonialism: Power projection, resistance and the quest for operational unilateralism". **Political Geography**, v. 30, n. 04, p. 215-224, 2011.

ELDRIDGE, Robert D. "The 1996 Okinawa Referendum on U.S. Base Reductions: One Question, Several Answers". **Asian Survey**, v. 37, n. 10, p. 879-904, 1997.

FIGAL, Gerald. "Between War and Tropics: Heritage Tourism in Postwar Okinawa". **The Public Historian**, v.30, n.2, p. 83-107, 2008.

HATERUMA, Shino. Okinawa's Search for Autonomy and Tokyo's Commitment to the Japan-U.S. Alliance. In: TAKAHSHI, Minori. **The Influence of Sub-state Actors on National Security**. Using Military Bases to Forge Autonomy. Cham: Springer, 2019.

HREBENAR, Ronald J.; BERTON, Peter; NAKAMURA, Akira; STOCKWIN, J.A.A. **Japan's New Party System**. Colorado: Westview Press, 2000.

HOOK, Gleen D.; GILSON, Julie; HUGUES, Christopher W.; DOBSON, Hugo. **Japan's International Relations. Politics, Economics and Security**. 3<sup>o</sup> Edição. New York: Routledge, 2012.

INOUE, Fumi. "Japanese Solidarity with U.S.-Occupied Okinawa in the 1950s: Reflections on the Fiftieth Anniversary of the Reversion of Okinawa to Japan". **Asia-Pacific Journal**, v. 20, n. 09, 2022. Disponível em: <<https://apjif.org/2022/10/inoue>> Acesso em 14 de abril de 2025.

INOUE, Masamichi S. **Okinawa and the U.S. military**: identity making in the age of globalization. New York: Columbia University Press, 2017.

INOUE, Masamichi Sebastian; PURVES, John Purves; SELDEN, Mark. Okinawa Citizens, US Bases, and the Security of Asia. **Economic and Political Weekly**, v. 33, n. 6, p. 264–66, 1998.

Japan. **Constitution**. Disponível em <[http://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html)> Acesso em 14 de outubro de 2025.

Japan. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Agreement Under Article VI of The Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and The United States of America, Regarding Facilities and Areas and the Status of United States Armed Forces in Japan**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/mofaj/area/usa/sfa/pdfs/fulltext.pdf>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Japan. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Japan- U.S. Security Arrangements**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/arrange.html>> Acesso em 29 de setembro de 2025.

Japan. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Section 3. North America**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2025/pdf/pdfs/2-3.pdf>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Japan. Ministry of Foreign Affairs. **The Japan-U.S. Special Action Committee (SACO) Interim Report**. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/seco.html>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Japan's Okinawa votes against controversial US base move. **Al Jazeera**, 2019. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/economy/2019/2/25/japans-okinawa-votes-against-controversial-us-base-move>> Acesso em 09 de abril de 2025.

KAGEYAMA, Yuri. New Okinawa chief embodies complexity of Japan's US bases . **Stars and Stripes**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20181002213827/https://www.stripes.com/news/pacific/new-okinawa-chief-embodies-complexity-of-japan-s-us-bases-1.550098>> Acesso em 14 de outubro de 2025

KAPUR, Nick. **Japan at the Crossroads**. Conflict and Compromise after Anpo. Massachusetts & London: Harvard University Press, 2018.

KAWATO, Yuko. Protests against **U.S. military base policy in Asia**: persuasion and its limits. Studies in Asian security. Stanford, California: Stanford University Press, 2015.

KAZUKO, Kurashina. Okinawa's Ties with the World. **Japan International Cooperation Agency**, 2024. Disponível em: <[https://www.jica.go.jp/english/information/blog/1551728\\_24156.html](https://www.jica.go.jp/english/information/blog/1551728_24156.html)> Acesso em 14 de abril de 2025.

KERR, George H. **Okinawa**. The History of an Island People. Tuttle Publishing: Vermont, 2000.

KLEIN, Thomas M. **The Ryukyus on the Eve of Reversion**. Pacific Affairs, v. 45, n. 01, 1972.

LEE, Chermaine. Okinawans split over whether US bases are worth the burden. **DW**. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/okinawans-split-over-whether-us-bases-are-worth-the-burden/a-72598323>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

LOO, Tze M. "Paradise in a war zone": The U.S. Military and Tourism in Okinawa, 1945–1972. **Japan Review**, n. 33, p. 173-194, 2019.

LUTZ, Catherine. **The Bases of Empire**. The Global Struggle against U.S. Military Posts. London: Pluto Press, 2009.

LUTZ, Catherine. US Military Bases on Guam in Global Perspective グアム米軍 基地を世界的視野で眺める. **Asia-Pacific Journal**, v. 08, n. 03, 2010. Disponível em: < <https://apjif.org/catherine-lutz/3389/article>> Acesso em 14 de abril de 2025.

MAEDOMARI, Hiromori; ESSERTIER, Joseph. Okinawa Demands Democracy: The Heavy Hand of Japanese and American Rule. **Asia-Pacific Journal**, v. 18, n. 04, 2020. Disponível em: < <https://apjif.org/2020/16/maedomari>> Acesso em 09 de abril de 2025.

MCCORMACK, Gavan. Okinawa and the structure of dependence. IN: HOOK, Glenn D.; SIDDLE, Richard. **Japan and Okinawa Structure and subjectivity**. New York: Routledge Curzon, 2003, p. 93-113.

MCCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. **Resistant Islands: Okinawa Confronts Japan and the United States**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Incorporated, 2018.

McELHINEY, Brian; KOJA, Keishi. More US service members face sexual assault allegations on Okinawa. **Stripes and Stars**. Disponível em: <[https://www.stripes.com/theaters/asia\\_pacific/2025-04-24/okinawa-us-military-sexual-assault-marines-17562269.html](https://www.stripes.com/theaters/asia_pacific/2025-04-24/okinawa-us-military-sexual-assault-marines-17562269.html)> Acesso em 15 de outubro de 2025

MEYER, Stanislaw. Between a Forgotten Colony and an Abandoned Prefecture: Okinawa's Experience of Becoming Japanese in the Meiji and Taishō Eras. **The Asia-Pacific Journal**, v. 18, n. 07, p.01-16, 2020.

MIKANAGI, Y. Okinawa: Women, Bases and US-Japan Relations. **International Relations of the Asia-Pacific** v. 4, n. 1, p. 97-111, 2004.

MITCHELL, Jon. **Poisoning the Pacific: The US Military's Secret Dumping of Plutonium, Chemical Weapons, and Agent Orange**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2020.

MORITERU, Arasaki. The Struggle against Military Bases in Okinawa – Its History and Current Situation”. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 02, n. 01, p. 101-108, 2001.

NISHIYAMA, Hidefumi. Base Borders: Militarisation and (Post-)Colonial Bordering in Okinawa. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 40, n. 08, p. 1627–42, 2022a.

NISHIYAMA, Hidefumi. Base Built in the Middle of 'Rice Fields': A Politics of Ignorance in Okinawa. **Geopolitics**, v. 27, n. 02, p. 546-565, 2022b.

NORIMATSU, Satoko Oka; MCCORMACK, Gavan. Ryukyu/Okinawa, From Disposal to Resistance 琉球／沖縄、処分から抵抗へ. **The Asia-Pacific Journal**, v. 10, n. 01, 2012. Disponível em: <<https://apjpf.org/2012/10/38/gavan-mccormack/3828/article>> Acesso em 14 de abril de 2025.

OGUMA, EIJI. **The Boundaries of “the Japanese”**. Melbourne: Transpacific Press, 2014.

Okinawa a reluctant host for US troops 80 years after WWII. **The Straits Times**. Disponível em: <<https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/okinawa-a-reluctant-host-for-us-troops-80-years-after-wwii>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **U.S. Military Issues in Okinawa**. Disponível em: <<https://dc-office.org/basedata>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Okinawa Prefectural Government. **Why Do We Oppose the Relocation to Henoko?**. Disponível em: <<https://dc-office.org/post/753>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

Okinawa Statistics web site. **Estimated population**. Disponível em: <<https://www.pref.okinawa.lg.jp/toukeika/estimates/2025/pop202503.pdf>> Acesso em 09 de abril de 2025.

Okinawa survey results show 61% oppose Henoko relocation, 18% support Abe administration. **Ryûkyû Shimpo**, 2020. Disponível em: <<https://english.ryukyushimpo.jp/2020/06/25/32306/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

OSHIRO, Akino. From 'Footprint' to Relationships: Impacts of US Military Base on Okinawa. **Sociology Compass**, v. 18, n. 01, 2024.

Pentagon starts review to prevent crimes by US military in Japan. **Mainichi Japan**. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20250905/p2g/00m/0in/036000c>> Acesso em 08 de outubro de 2025.

Prison term upheld for US airman over sexual assault of minor in Okinawa. **Mainichi Japan**. Disponível em: <<https://mainichi.jp/english/articles/20250910/p2g/00m/0na/037000c>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising**: the resurgence of Japanese power and purpose. New York: Public Affairs, 2007.

Ryukyu Shimpo survey reveals 35% of Okinawans favor increased autonomy, less than half support status quo. **Ryûkyû Shinpo**, 2017. Disponível em: <<https://english.ryukyushimpo.jp/2017/01/11/26302/>> Acesso em 09 de abril de 2025.

SAKIHARA, Mitsugu. History and Okinawans. **Manoa**, v. 21, n. 01, p. 134-139, 2009.

SHIMABUKU, Annmaria. Who Should Bear the Burden of US Bases? Governor Nakaima's Plea for a "Relocation Site Outside of Okinawa Prefecture, but within Japan" アメリカで県外移設を訴える仲井真知事. **Asia-Pacific Journal**, v. 09, n. 45, 2012. Disponível em: <<https://apjjf.org/2011/9/45/annmaria-shimabuku/3641/article>> Acesso em 09 de abril de 2024.

SMITS, Gregory. **Visions of Ryukyu**: Identity and Ideology in Early-Modern Thought and Politics. Honolulu: University of Hawaii Press, 1999.

TANJI, Miyume. **Myth, Protest and Struggle in Okinawa**. London New York: Routledge, 2006.

The United States of America. Office of the Historian. **No. 731 Draft Directive for United States Civil Administration of the Ryukyu Islands**. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v14p2/d731>> Acesso em 15 de outubro de 2025.

The World and Japan Database. **Security Treaty Between Japan and the United States of America**. Disponível em :<<https://worldjpn.net/documents/texts/docs/19510908.T2E.html>> Acesso em 14 de outubro de 2025.

TINGYANG, Zhao. **All under Heaven: the Tianxia System for a possible World order**. California: University of California Press, 2021.

TOBE, Hideaki. Military Bases and Modernity: An Aspect of Americanization in Okinawa. **Transforming Anthropology**, v. 14, n. 01, p. 89-94, 2006.

TOKUYAMA, Yukinori. Collective Traumatic Memory in a Jointly-Colonised Okinawa. IN: BROUDY, Daniel. SIMPSON, Peter; ARAKAKI, Makoto. **Under Occupation. Resistance and Struggle in a Militarised Asia-Pacific**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013, p. 191-202.

TORIYAMA, Atsuh; BUIST, David. "Okinawa's 'Postwar': Some Observations on the Formation of American Military Bases in the Aftermath of Terrestrial Warfare. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 04, n. 03, 2003, p. 400-417.

United Nations Treaty Collection. **Agreement concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands (with agreed minutes and exchanges of notes)**. Signed at Tokyo and Washington on 17 June 1971 . Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20841/volume-841-i-12037-english.pdf>> Acesso em 14 de outubro de 2025.

United Nations Treaty Collection. **Treaty of Peace with Japan (with two declarations). Signed at San Francisco, on 8 September 1951**. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf> > Acesso em 14 de outubro de 2025.

VAN GREEN, Ted. 6 facts about Americans' views of government spending and the deficit. **Pew Research Center**, 2023. Disponível em: < <https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/05/24/6-facts-about-americans-views-of-government-spending-and-the-deficit/>> Acesso em 08 de abril de 2025.

VINE, David. **Island of Shame**. The Secret History of the U.S. Military Base on Diego Garcia. Princeton University Press, Princeton, 2011.

VINE, David. **US Military Bases Worldwide**: Base Structure Report Library. Disponível em: < <https://www.basenation.us/bsr.html> > Acesso em 11 de abril de 2025.

YEO, Andrew I. Security, Sovereignty, and Justice in U.S. Overseas Military Presence. **International Journal of Peace Studies**, v. 19, n. 02, p. 43-67, 2014.

## NOTAS

### HISTÓRICO

RECEBIDO: 15/10/2025  
APROVADO: 03/11/2025  
PUBLICADO: 16/03/2026

### AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador de doutorado, Kai Kenkel, pelas discussões e orientação para a tese que deu origem a esse artigo.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Aline Gomes de Albuquerque Correia  
Coleta de dados: Aline Gomes de Albuquerque Correia  
Análise de dados: Aline Gomes de Albuquerque Correia  
Discussão dos resultados: Aline Gomes de Albuquerque Correia

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

O presente artigo não tem conflito de interesses.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

